LUCIANA ZUCCHI NOCITE

**A Tomada de Decisão Apoiada na Proteção dos Direitos das
Pessoas com Deficiência**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Rui Geraldo Camargo Viana

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

LUCIANA ZUCCHI NOCITE

**A Tomada de Decisão Apoiada na Proteção dos Direitos das
Pessoas com Deficiência**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Dr. Rui Geraldo Camargo Viana.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Nocite, Luciana Zucchi

A Tomada de Decisão Apoiada na proteção dos
direitos das pessoas com deficiência ; Luciana
Zucchi Nocite ; orientador Rui Geraldo Camargo Viana
-- São Paulo, 2020.
159f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2020.

1. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2.
Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas
com Deficiência. 3. Dignidade da Pessoa Humana. 4.
Tomada de Decisão Apoiada. I. Viana, Rui Geraldo
Camargo, orient. II. Título.

Nome: NOCITE, Luciana Zucchi

Título: A Tomada de Decisão Apoiada na proteção dos direitos das pessoas com deficiência

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Prof. Dr. Rui Geraldo Camargo Viana.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À minha família, meu porto seguro, pelo amor incondicional, pelo incansável apoio e o incessante incentivo a mim concedidos, em especial a meu pai, que pessoalmente me apresentou as Arcadas e nos contava, com entusiasmo, as incontáveis experiências vivenciadas no Largo, deixando-nos tantos valiosos exemplos de vida e ensinamentos de bondade e amor ao próximo.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha base, pelo investimento em minha educação e apoio incondicional aos meus sonhos e projetos. Muito obrigada, pai, mãe e Breninho, por tudo e por tanto!

Ao meu amor e parceiro que escolhi para dividir a vida, Paulo, agradeço por compartilhar seus conhecimentos jurídicos e tanto me incentivar na conclusão desse objetivo.

Ao Professor Doutor Rui Geraldo Camargo Viana, pela oportunidade de estar sob a sua orientação e por acreditar no presente trabalho. Obrigada pela atenção, cuidado e constante estímulo.

Ao Professor Doutor Rômulo Russo, pelas enriquecedoras considerações realizadas por ocasião da minha banca de qualificação.

Aos Professores Doutores Álvaro Villaça Azevedo, Carlos Alberto Dabus Maluf, Jorge Shiguemitsu Fujita, José Luiz Gavião de Almeida e Teresa Ancona Lopez, pelos valiosos ensinamentos durante os créditos cursados.

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela oportunidade, bem como a todos os funcionários que prestativamente me auxiliaram ao longo dessa jornada.

Aos amigos e companheiros de mestrado, em especial à querida Stéfanie Kornreich, que tornou essa caminhada mais leve e divertida. Obrigada pelas experiências trocadas e pela força constante para a conclusão desse trabalho.

NOCITE, Luciana Zucchi. **A Tomada de Decisão Apoiada na proteção dos direitos das pessoas com deficiência**. 159f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar as mudanças promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no Código Civil Brasileiro, que levaram à criação da tomada de decisão apoiada como instituto protetivo das pessoas com deficiência, tratando-a como modelo *sui generis*. Pretendeu-se realizar o aprofundamento do conteúdo abordado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como no Estatuto da Pessoa com Deficiência e a observância dos novos paradigmas legais e jurisprudenciais sobre o assunto. Foram trabalhados os conceitos de dignidade da pessoa humana, deficiência, capacidade civil, curatela e tomada de decisão apoiada, foco principal da pesquisa, tecendo-se considerações, ainda que breves, sobre a aplicabilidade dos tratados de direitos humanos e o Comentário Geral nº 1, produzido pelo Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo certo que sua importância consiste na atualidade, interdisciplinaridade e relevância do tema, em prol da efetivação de direitos assumidos perante a comunidade internacional, relacionados à inclusão social e à promoção da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Dignidade da Pessoa Humana. Tomada de Decisão Apoiada.

NOCITE, Luciana Zucchi. **The Supported Decision-making in the protection of the rights of persons with disabilities.** 159p. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the changes promoted by the Statute of the Person with Disabilities in the Brazilian Civil Code, which led to the creation of supported decision-making as a protective institute for persons with disabilities, treating it as a *sui generis* model. The study intended to deepen the content addressed in the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities, as well as the Statute of the Person with Disabilities and the observance of new legal and jurisprudential paradigms on the subject. The concepts of human dignity, disability, civil capacity, guardianship and supported decision making, the main focus of the research, were elaborated, and brief considerations were made about the applicability of human rights treaties and General Comment N° 1, produced by the Committee on the Rights of Persons with Disabilities. Its importance consists in the timeliness, interdisciplinarity and relevance of the theme, in order to fulfill the rights assumed before the international community, related to social inclusion and the promotion of dignity of the human person.

Key words: Statute of the Person with Disabilities. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Dignity of the Human Person. Supported Decision Making.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
BGB	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i> (Código Civil Alemão)
CCB	Código Civil Brasileiro
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDPD	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CF	Constituição Federal
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CPC	Código de Processo Civil
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
PLS	Projeto de Lei do Senado
TDA	Tomada de Decisão Apoiada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	11
2.1 Base legislativa e ideológica: A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a dignidade humana	11
2.1.1 Breves considerações sobre os tratados de direitos humanos	18
2.1.2 Aplicabilidade da Convenção de Nova Iorque aos países signatários	24
2.1.3 O Comentário Geral nº 1 – interpretação autêntica da Convenção de Nova Iorque – e o modelo de apoio	27
2.2 Inovações e direitos previstos na Convenção de Nova Iorque e no Estatuto da Pessoa com Deficiência	32
2.3 Sobre a pessoa com deficiência	37
3 DAS MODIFICAÇÕES PROMOVIDAS NO CÓDIGO CIVIL PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	49
3.1 A teoria das (in)capacidades	49
3.1.1 Incapacidade civil no Código Civil de 1916	58
3.1.2 Incapacidade civil no Código Civil de 2002	60
3.1.3 Capacidade civil no Código Civil de 2002 após as alterações promovidas pela Lei nº 13.146/15	61
3.2 Institutos do direito assistencial	73
3.2.1 Tutela	73
3.2.2 Curatela	74
3.2.3 Tomada de Decisão Apoiada	82
4 DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	87
4.1 O modelo de apoio	87
4.2 Requisitos e procedimento	96
4.3 O Projeto de Lei nº 757/15	102
5 A DECISÃO APOIADA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CASOS PRÁTICOS	111
5.1 O sistema global de proteção dos direitos humanos	111
5.2 O sistema regional de proteção dos direitos humanos	118
5.2.1 O sistema europeu	118
5.2.2 O sistema interamericano	123
5.3 Um olhar sobre a jurisprudência pátria	128
6 CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS	147

1 INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou, simplesmente, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, representa uma grandiosa conquista social na medida em que, com uma motivação nitidamente personalista, estabelece um sistema normativo inclusivo, homenageando o princípio da dignidade da pessoa humana em seus diversos níveis. Para tanto, alterou substancialmente a teoria das incapacidades, reconstruindo-a valorativamente, de modo que o transtorno intelectual que porventura acometa certo indivíduo não mais o insere no rol dos incapazes.

A capacidade civil sempre foi negada, em maior ou menor grau, àqueles que se comportavam de forma diferente do modelo padrão. E após as modificações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, em consonância com o conteúdo da Convenção de Nova Iorque – norma integrante do texto constitucional brasileiro –, nosso direito civil possui a missão de conferir-lhes proteção, mas não a proteção que anula e infantiliza, e sim a que busca promover-lhes a autonomia, dentro, é claro, do que se afigura possível na prática.

Pode-se falar, atualmente, em um direito fundamental à capacidade civil, diretamente relacionado aos aspectos da autodeterminação e às decisões sobre aspectos existenciais e patrimoniais da própria vida. Vivenciamos, assim, um período de transição da concepção patrimonialista, segundo a qual a pessoa com deficiência era vista como incapaz, um “fardo social”, para um novo sistema, que propõe uma verdadeira emancipação de direitos existenciais das pessoas com deficiência, construído sob a ótica de que elas próprias é que sabem o que é melhor para si, devendo, portanto, ser ouvidas em todas as ações que as afetem – “nada sobre nós sem nós”.

O diploma vigente em nosso ordenamento desde o início do ano de 2016, tem sido alvo de aplausos e, igualmente, de críticas no âmbito jurídico, ensejando diversos questionamentos, muitos deles ainda insolúveis, pois só poderão ser de fato esclarecidos após a aplicação prática de seus dispositivos, o que se dará apenas com a formação da jurisprudência no decorrer dos próximos anos e/ou mediante futuras alterações legislativas. No entanto, um dos maiores desafios é,

sem dúvida, a mudança de mentalidade em prol do respeito à diversidade e à dimensão existencial do outro.

Uma das grandes inovações do Estatuto e objeto de destaque no presente estudo, é o instituto da tomada de decisão apoiada, que, no campo do direito assistencial, muito se difere dos institutos protetivos clássicos, quais sejam, a tutela e a curatela, medidas de cunho eminentemente patrimonial. Isso porque a tomada de decisão apoiada se propõe a suprir principalmente as necessidades existenciais da pessoa, prevalecendo o cuidado assistencial e vital ao ser humano.

De maneira simplificada, é possível afirmar que o instituto pode ser aplicado aos indivíduos que possuam limitações de ordem mental, intelectual, física ou sensorial, de modo a dificultar a expressão de suas ideias e vontades, a comunicação e a compreensão das situações da vida, impedindo-os de participarem plenamente do convívio com as demais pessoas. Objetiva-se, assim, resguardar a liberdade, autonomia e a dignidade da pessoa com deficiência, promovendo seus desejos e anseios vitais.

Tomando por base esse contexto, o presente trabalho tem a proposta de estudar as formas de concretização, por meio da tomada de decisão apoiada e demais sistemas de apoio, dos direitos das pessoas com deficiência, sobretudo a de cunho intelectual, mediante o aprofundamento do conteúdo tratado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Convenção de Nova Iorque, além da observância dos novos paradigmas legais e jurisprudenciais, sendo certo que sua importância consiste na atualidade, interdisciplinaridade e relevância do tema, em prol da efetivação de direitos assumidos perante a comunidade internacional, relacionados à inclusão social e à promoção da dignidade da pessoa humana.

Dentro de toda a complexidade que envolve o assunto, almeja-se que a doutrina, a jurisprudência e os profissionais, de uma forma geral, possam extrair o que há de melhor na Lei de Inclusão, valorizando o seu sentido e promovendo sua determinação através da necessária releitura dos conceitos e finalidades dos institutos jurídicos correlacionados ao tema, para que tenha verdadeira utilidade social, tendo-se sempre em mente que uma sociedade é mais inclusiva (e menos excludente) na medida em que reconhece as peculiares necessidades dos indivíduos dos mais diversos segmentos sociais, promovendo os ajustes e correções necessários para o seu desenvolvimento.

O Relator, Desembargador Álvaro Passos, ciente das dificuldades enfrentadas pelos familiares da pessoa com deficiência, sugeriu a adoção de outras medidas para o auxílio de tarefas do dia a dia, destacando que:

Caso a parte deseje a adoção de outras medidas para auxílio em atos corriqueiros de seu filho, pode realizar outorga de procuração por instrumento público com amplos poderes ou até mesmo a mencionada tomada de decisão apoiada, mas esta última através de seu procedimento próprio, que não tem ligação com qualquer espécie de interdição, sendo certo que a interdição sequer figura como uma condição para o uso de tal novo procedimento legal de auxílio.³⁶⁰

Certamente, com o já visualizado esforço jurisprudencial pela implementação do Estatuto, será possível, gradualmente, conferir maior eficácia ao conteúdo da Convenção de Nova Iorque.

³⁶⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJ-SP. **Apelação nº 1002648-31.2017.8.26.0101**, *cit.*

6 CONCLUSÃO

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicado em julho de 2015 e vigente no ordenamento jurídico pátrio desde janeiro de 2016, prevê diversos direitos e garantias às pessoas com deficiência, na tentativa de adaptação de nosso sistema legal ao conteúdo da Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, a primeira a ser aprovada na forma do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal, o que a conferiu status constitucional.

Estabeleceu-se um novo modelo de deficiência, em que o enfoque é direcionado à sociedade, com o objetivo de eliminação das barreiras externas, além da valorização da individualidade e subjetividade da pessoa com deficiência e o respeito à dignidade da pessoa humana, núcleo dos direitos humanos e consagrada como princípio fundamental positivado, que ganha ainda maior relevo na esfera do tema aqui tratado.

As convenções, também denominadas tratados, acordos, pactos e protocolos, possuem caráter obrigatório para os Estados signatários, vinculando-os no âmbito doméstico, cenário esse plenamente aplicável à Convenção de Nova Iorque que, inclusive, ostenta natureza formal e material constitucionais, tendo, ainda, as suas disposições reforçadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No âmbito da ONU, o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui, como uma de suas atribuições, o fornecimento de recomendações a respeito da aplicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o esclarecimento do alcance e significado de suas disposições, consistindo, portanto, em interpretação autêntica de seu texto.

Nesse contexto, analisou-se o Comentário Geral nº 1 do referido Comitê, que trouxe esclarecimento acerca do artigo 12 da Convenção, com a proposta de mudança do modelo de tomada de decisão por substituição pelo da tomada de decisão apoiada e a afirmação de que as pessoas com deficiências cognitivas e psicossociais têm sido as mais afetadas por institutos que negam a capacidade legal, os quais, segundo o Comitê, devem ser abolidos, restaurando-se a capacidade legal plena a todas elas e fornecendo-lhes o apoio necessário.

Outra relevante modificação de paradigma referida no Comentário Geral, diz respeito à substituição do princípio do melhor interesse pelo princípio da melhor interpretação das vontades e preferências, pois, em sendo a pessoa com deficiência titular de direitos, a sua vontade deve ser respeitada ainda que, para tanto, seja necessário um esforço interpretativo.

E nesse ponto reside, certamente, um dos maiores desafios da Convenção, pois há casos em que, a despeito dos esforços destinados a manter a capacidade de decisão da pessoa com deficiência, ela é, em termos práticos, inexistente, de modo que o apoio não se mostra suficiente.

Dentre as diversas terminologias e conceitos constantes dos múltiplos e complementares diplomas legais nacionais, o Estatuto parece ter consolidado os mais adequados, encampando o conteúdo da Convenção, ao tratar da “pessoa com deficiência” como aquela que apresenta impedimento de longo prazo a obstruir, quando em interação com uma ou mais barreiras, a sua plena e efetiva participação na sociedade em condição de igualdade com as demais pessoas, consistindo em conceito em evolução, cujo desenvolvimento, no entanto, não deve se sobrepor à efetivação e proteção dos direitos já consagrados.

No que diz respeito ao tipo de deficiência atinente à abordagem que aqui se destacou, a de ordem intelectual, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, produzido pela Associação Americana de Psiquiatria, fornece parâmetros para a identificação das patologias, sendo certo, contudo, que o acometimento do indivíduo por algum dos transtornos mentais apontados não implica necessariamente na ausência de discernimento, afigurando-se necessário aferir a sua autodeterminação, tendo, nesse ponto, extrema importância a avaliação biopsicossocial e interdisciplinar da pessoa.

De qualquer forma, mesmo após as alterações promovidas pelo Estatuto, a classificação dos níveis de gravidade para a deficiência intelectual (leve, moderada, grave e profunda), constante do referido Manual, revela-se extremamente útil ao possibilitar o dimensionamento dos limites do apoio e, excepcionalmente, da curatela, ilustrando de que forma podem se dar as peculiaridades de cada caso concreto e os impactos na vida prática do indivíduo, sem perder de vista que a pessoa, antes de sua deficiência, é o foco principal a ser observado.

É que muitas vezes, os profissionais do direito e as pessoas de forma geral carregam, até pela falta de contato próximo com pessoas com deficiência, a ideia de que certos tipos de transtornos mentais implicariam no total comprometimento do discernimento do indivíduo, desconsiderando que os diferentes graus apontados ensejam consequências muito diversas e que os estímulos recebidos, principalmente na infância, podem desempenhar papel fundamental no seu desenvolvimento, de modo que a variedade de transtornos não pode ser tratada de forma homogênea, como muito já se viu na prática.

As pessoas são as protagonistas do mundo jurídico e dotadas de específica dignidade, consistindo a personalidade em uma de suas características, sem a qual não se é sujeito de direitos, conceito intimamente ligado ao de capacidade, a qual se divide, tradicionalmente, em capacidade de direito e capacidade de fato, a segunda delas dependente da aptidão para se exercer pessoalmente os atos da vida civil e pautada, portanto, nos níveis de discernimento do indivíduo.

A incapacidade, por sua vez, implica, em linhas gerais, na restrição legal para o exercício de direitos, podendo ser absoluta ou relativa, com a necessidade de representação ou assistência, e difere-se da falta de legitimação, como condição especial para a celebração de determinado negócio.

Com o Estatuto, a teoria das (in)capacidades foi completamente alterada, operando-se a reformulação dos valores inerentes ao Código Civil de 1916, mantidos no Código Civil de 2002, que promoviam um assistencialismo extremo às pessoas com deficiência, exaurindo por completo a autonomia desses indivíduos, uma vez que suas vontades eram totalmente ignoradas.

Atualmente, a única hipótese de incapacidade absoluta diz respeito ao menor impúbere e no rol dos relativamente incapazes suprimiu-se qualquer menção à deficiência intelectual, tratando-se das pessoas que “por causa transitória ou permanente não possam exprimir a sua vontade”. Parte-se, assim, da premissa, de forma expressa, de que a deficiência não implica, a princípio, em restrição à capacidade civil, de modo que as pessoas com deficiência deixaram de ser rotuladas como incapazes.

No entanto, com vistas a conferir operabilidade ao sistema, entende-se que as pessoas cujo discernimento se encontre gravemente comprometido podem ser

enquadradas na mencionada hipótese, sob pena de lhes serem gerados enormes prejuízos e uma maior exclusão. Ou seja, apesar de relativamente incapazes, elas serão representadas, havendo assim a hibridização dos institutos.

Não obstante a existência das incongruências mencionadas no decorrer do trabalho, elas não maculam a importância do Estatuto como instrumento de grandiosa conquista social em prol da valorização da autonomia e dignidade das pessoas com deficiência, que demanda, contudo, a releitura dos conceitos e institutos correlacionados, dentre eles o da capacidade, além do estudo aprofundado das alterações legislativas, notadamente da Convenção de Nova Iorque, a fim de que se opere a sua devida compreensão, devendo-se ter sempre em mente que o reconhecimento da plena capacidade às pessoas com deficiência não deve implicar em ausência de proteção, a qual precisa ser conferida a todas as pessoas vulneráveis, de acordo com as peculiaridades do caso.

De maneira simplificada é possível afirmar que a curatela, modelo substitutivo da vontade, se presta a suprir a incapacidade para a prática de atos da vida civil, com preocupação eminentemente patrimonial, tendo sido mantida no ordenamento jurídico pátrio, após as alterações promovidas pelo Estatuto, para os casos em que não seja possível a expressão da vontade, de forma excepcional, devendo, atualmente, ser exercida com base nos desejos e preferências da pessoa curatelada.

Portanto, não há mais espaço para pronunciamentos judiciais estereotipados e genéricos nessas ações, de modo que o magistrado deve determinar os exatos termos da intervenção, valendo-se de argumentação apta a justificar o projeto terapêutico individualizado.

Já a tomada de decisão apoiada consubstancia-se em um modelo de apoio, através do qual o indivíduo com deficiência, que conserva sua capacidade de fato, elege pessoas de sua confiança para prestar-lhe auxílio na tomada de suas decisões nos mais diversos campos, guardando o instituto semelhanças com algumas das figuras equivalentes, presentes em outros ordenamentos jurídicos, que desenvolveram, no decorrer das últimas décadas, mecanismos de suporte sem a destituição da capacidade da pessoa com deficiência intelectual, a saber: *personal ombudsman* (Suécia), *Betreuung* (Alemanha), círculo de amigos (Canadá, México, Índia e Finlândia), diálogo aberto (Finlândia), *sauvegarde de justice*

(França), garantidor da igualdade jurídica perante a lei (Costa Rica), *capacity act* (Irlanda do Norte), acompanhamento (Portugal), *apoyo* (Argentina), além da *amministrazione di sostegno* (Itália).

Viu-se que a formatação do sistema de apoio a ser oferecido pelos Estados é de livre escolha destes, com obediência às premissas estabelecidas no Comentário Geral nº 1, dentre elas o amplo acesso, baixo custo, respeito às vontades e preferências da pessoa apoiada e revogabilidade.

No Brasil, a TDA requer a provocação do interessado ao Poder Judiciário, mediante processo de jurisdição voluntária com a participação do Ministério Público, objetivando-se a homologação do termo de apoio, no qual são indicados pelo menos dois apoiadores, podendo o instituto ser utilizado por pessoas com qualquer tipo de deficiência, cuja avaliação deve ser realizada por equipe multidisciplinar designada pelo juiz, o qual deve ainda entrevistar pessoalmente o sujeito a ser apoiado, bem como os pretendidos apoiadores.

Como já enfatizado ao longo do presente estudo, a TDA brasileira apresenta evidentes falhas em seu regramento, carecendo de melhor regulamentação para que possa ter a mais efetiva utilidade social, sendo esse um dos objetivos do PL nº 757, em tramitação. Contudo, ao que tudo indica, terá ela um longo caminho a percorrer.

No âmbito dos casos práticos analisados, observou-se, na esfera da ONU, a aplicação mais abrangente do modelo de apoio, tendo o Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência estabelecido os seguintes entendimentos: pela proporcionalidade do uso de intérprete por pessoa surda convocada para atuar como jurado na Austrália, a despeito do sigilo dos julgamentos; pela necessidade de se garantir o direito ao voto a seis cidadãos com deficiência intelectual na Hungria, inclusive mediante o auxílio de pessoa de sua confiança, sem que isso implique em ofensa ao sigilo das votações; bem como pela obrigação de se garantir a um cidadão australiano com deficiência intelectual e acusado da prática de crime sexual, a possibilidade de produzir prova acerca da própria inocência em juízo.

Notou-se, assim, que o modelo de apoio aplicado no sistema global de proteção dos direitos humanos, quando comparado ao ainda incipiente modelo jurídico pátrio, vai muito além das determinações constantes em nosso

ordenamento, até porque encontrando elas previsão no Código Civil, transmite-se a ideia de que se está a tratar de assuntos de natureza eminentemente privada ou negocial.

No entanto, como já ocorre no âmbito da ONU, se espera que a TDA brasileira possa, igualmente, garantir o suporte necessário para o alcance dos mais diversos objetivos, incluídos aqueles voltados para o exercício da plena cidadania das pessoas com deficiência.

Quanto ao sistema europeu, ressaltou-se a compreensão da Corte Europeia no sentido de que as situações que envolvem a incapacidade das pessoas devem ser tratadas de forma individualizada, atenta às limitações pessoais e pautadas no princípio da proporcionalidade, garantindo-se o direito de revisão da declaração de incapacidade e ao apoio, quando necessário.

Nos casos analisados no âmbito interamericano, destacou-se a necessidade de que seja preservada a autonomia das pessoas com deficiência, com a aplicação do modelo social, além das importantes considerações acerca do tratamento destinados às pessoas com deficiências graves.

Por fim, no que tange à jurisprudência pátria, os julgados mencionados apontaram o esforço interpretativo dos magistrados em prol da efetivação do conteúdo do Estatuto, que, como visto, alberga temas de alta complexidade não apenas para o direito brasileiro, mas também para os sistemas legais dos diversos países que têm, igualmente, como desafio, a adaptação de suas legislações internas à Convenção de Nova Iorque.

É importante que se diga que a mudança não é meramente legislativa, tampouco ideológica, mas dependente, igualmente, de políticas públicas.

De qualquer forma, o esclarecimento e conscientização da ideologia por trás das modificações do paradigma, de modo a tornar a lei mais inteligível, já consistiria em um grande passo, até para que os próprios magistrados e operadores do direito de modo geral pudessem buscar as soluções mais adequadas a cada caso.

É o que se espera das futuras alterações legislativas e o que se pretendeu, em alguma medida, alcançar com o presente estudo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Célia Barbosa. **Curatela e interdição civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ALEMANHA. **Lei Fundamental da República Federal da Alemanha**. Versão alemã de 23 de maio de 1949. Tradução de Aachen Assis Mendonça. Disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ALMEIDA, José Luiz Gavião de; SILVA, Marcelo Rodrigues da; OLIVEIRA FILHO, Roberto Alves de. Estatuto das Pessoas com Deficiência e a nova teoria das incapacidades: a operabilidade em risco. In: FIUZA, César (Org.). **Temas relevantes sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Salvador: Juspodivm, 2018.

ALPA, Guido. **Manuale di diritto privato**. 6. ed. Padova: Cedam, 2009.

ALVES, José Carlos Moreira. **A Parte Geral do Projeto de Código Civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1986.

ARAUJO, Luiz Alberto David; COSTA FILHO, Waldir Macieira da. O Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPCD (Lei 13.146, de 06.07.2015: algumas novidades. **Revista dos Tribunais**, v. 962, dez. 2015. Publicado no site do Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.962.05.PDF. Acesso em: 10 jan. 2010.

ARGENTINA. **Ley 26.994, de octubre 1 de 2014**. Código Civil y Comercial de la Nacion. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/235975/texact.htm#6>. Acesso em: 09 nov. 2019.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Comentários ao Código Civil**: Parte especial: Do direito de família. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor (Coords.). **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência à luz da Constituição da República**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BETTI, Emilio. **Teoria generale del negozio giuridico**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2002.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil brasileiro, trabalhos relativos à sua elaboração**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Theoria geral do direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

BIANCA, C. Massimo. **Diritto civile: la norma giuridica – i soggetti**. 2. ed. Milano: Giuffrè Editore, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Senado Federal. Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 26 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992**. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009.** Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124251>. Acesso em: 12 dez 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório do Senador Telmário Mota com voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 757 de 2015, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.** Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4374521&ts=1571776625004&disposition=inline>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório reformulado da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 757 de 2015, nos termos do Substitutivo que apresenta.** Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7724469&ts=1571776631048&disposition=inline>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Texto final revisado pela Coordenação de Redação Legislativa, nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015.** Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7889481&ts=1571776629676&disposition=inline>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Texto inicial do Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015.** Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=574431&ts=1571776624082&disposition=inline>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.480 – Distrito Federal.** Relator Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 4 de setembro de 1997. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347083>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. **Recurso Extraordinário nº 466.343-1 - São Paulo.** Relator Min. Cezar Peluso. Brasília, DF, 3 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Súmula Vinculante 25, de 23 de dezembro de 2009.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1268&termo=>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Pedido de **Registro de Candidatura nº 0600903-50.2018.6.00.0000.** Relator Min. Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, 1 de setembro de 2018. p. 41. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/deciso/es/jurisprudencia>. Acesso em: 10 set. 2019.

CANADÁ. **Declaração de Montreal.** Montreal, Quebec, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CLASSIFICAÇÃO Internacional de Doenças (CID 10). Disponível em: <https://pebmed.com.br/cid10/>.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP. **Tomada de decisão apoiada e curatela, medidas de apoio previstas na Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/curatela.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CORREIA, Atalá. Estatuto da Pessoa com Deficiência traz inovações e dúvidas. **Consultor Jurídico**, 03 ago. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-03/direito-civil-atual-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-inovacoes-duvidas>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Chinchilla Sandoval vs. Guatemala**. 29 feb. 2016. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_312_esp.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Gonzales Lluy y Otros vs. Ecuador**. 1 sept. 2015. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_298_esp.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

COSTA RICA. **Ley para la Promoción de la Autonomía Personal de las Personas con Discapacidad (Ley n° 9379)**. Publicada en el Alcance 153 a La Gaceta n° 166 de 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.tse.go.cr/pdf/normativa/promocionautonomiapersonal.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

COUNCIL OF EUROPE. Commissioner for Human Rights. **Who gets to decide? Right to legal capacity for persons with intellectual and psychosocial disabilities**. Council of Europe, France, Apr. 2012. Disponível em: <https://rm.coe.int/who-gets-to-decide-right-to-legal-capacity-for-persons-with-intellectu/16807bb0f9>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COUNCIL OF EUROPE. European Court of Human Rights. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. Roma 4 nov. 1950. Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil anotado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito de família. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ESPAÑA. Código Civil. **Real Decreto de 24 de julho de 1889**. Madrid, ES. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/1889/BOE-A-1889-4763-consolidado.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case of Shtukaturv v. Russia**. Strasbourg, first section, 27 Mar. 2008. Disponível em: [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:\[%22001-85611%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:[%22001-85611%22]}). Acesso em: 20 nov. 2019.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Case of Stanev v. Bulgaria**. Strasbourg, Grand Chambre, 17 Jan. 2012. Disponível em: https://www.escri-net.org/sites/default/files/caselaw/decision_on_stanev_v._bulgaria_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Salontaji-Drobnjak v. Serbia**. Strasbourg, second section, 13 Oct. 2009. Disponível em: [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:\[%22001-94985%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:[%22001-94985%22]}). Acesso em: 20 nov. 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe; ROSENVALD, Nelson. **Manual de direito civil**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Estatuto da Pessoa com Deficiência comentado**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

FIUZA, César. Tomada de decisão apoiada. *In*: PEREIRA, Fabio Queiroz; MORAIS; Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves (Orgs.). **A teoria das incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Manual de direito civil**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980. v. 1.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Manual de direito civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1972. v. 2.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Curso de direito civil**: direito de família. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GARCEZ, Martinho. **Da theoria geral do direito segundo o Projecto de Codigo Civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1914.

GOMES, Orlando. **Direito de família**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular**. 2013. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Ampid**. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 10 jan. 2020.

ITÁLIA. **Codice civile**. Disponível em: <https://www.altalex.com/documents/news/2014/11/18/delle-misure-di-protezione-delle-persone-privé-in-tutto-od-in-parte-di-autonomia>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ITÁLIA. Tribunale di Milano. **Amministrazione di sostegno**. Disponível em: https://www.tribunale.milano.it/index.phtml?Id_VMenu=447&daabstract=341. Acesso em: 22 mai. 2018.

JOSSERAND, Louis. **Derecho civil: teorías generales del derecho y de los derechos, las personas**. Buenos Aires: Bosch, 1952. t. 1, v. 1.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. São Paulo: Edipro, 2003.

KATZ, Bruna; TEDESCO, Raquel. Capacidade civil da pessoa com deficiência: tomada de decisão apoiada e curatela. **Migalhas**, 20 abr. 2018. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI278658,61044-Capacidade+Civil+da+Pessoa+com+Deficiencia+Tomada+de+Decisao+Apoiada>. Acesso em: 11 jul. 2018.

KÜMPEL, Vitor Frederico e BORGARELLI, Bruno de Ávila. A destruição da teoria das incapacidades e o fim da proteção aos deficientes. **Migalhas**, 12 ago. 2015. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI225012,101048-A+destruicao+da+teoria+das+incapacidades+e+o+fim+da+protecao+aos>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LARA, Mariana Alves. **Capacidade civil e deficiência: entre autonomia e proteção**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

LASARTE, Carlos. **Compendio de derecho de la persona y del patrimonio**. Madrid: Dykinson, 2017.

LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; COSTA FILHO, Waldir Macieira da Costa (Coords.). **Comentários ao Estatuto da Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEMES, Vinícius. Minha mãe tem síndrome de Down. **BBC News Brasil**, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50550815>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 5.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971. v. 1.

LYNCH, Gerard; TAGGART, Catherine; CAMPBELL, Philip. Mental Capacity Act (Northern Ireland) 2016. **BJPsych Bull.**, v. 41, n. 6, p. 353–357, Dec. 2017. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/03BEEF22C2B8C8E992D11E99EFEF86B9/S2056469400004058a.pdf/mental_capacity_act_northern_ireland_2016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MANUAL Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V. 5. ed. Associação Americana de Psiquiatria, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnosico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada e seus institutos afins. In: HIRONAKA, Giselda Maria F. Novaes; SANTOS, Frederico Baptista dos Santos (Orgs.). **Direito civil**: estudos: coletânea do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa IBDCIVIL. São Paulo: Blucher, 2018.

MENTAL HEALTH EUROPE. **Autonomy, choice and the importance of supported-decision making for persons with psychosocial disabilities: MHE Position Paper on Article 12 UN CRPD on legal capacity**. Bruxelles, Belgium, Jan. 2017. Disponível em: https://mhe-sme.org/wp-content/uploads/2017/11/Article_12_Position_paper.pdf. Acesso em: 28 dez. 2019.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**: parte geral. Atualizado por Judith Martins-Costa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. t. 1.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil 1**: parte geral. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 5.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Demanda da Comissão Interamericana de Direitos Humanos perante à Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso: Damião Ximenes Lopes (Caso 12.237) Contra a República Federativa do Brasil**. Washington, DC, 01 out. 2004. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/corte/Caso12237port.doc>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969). Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. v. 1.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos de família**. 5. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1956.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Lei 13.146 acrescenta novo conceito para capacidade civil – curatela. **Conjur**, 13 ago. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-10/processo-familiar-lei-13146-acrescenta-conceito-capacidade-civil>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria geral do direito civil**. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 274/1966, Série I de 1966-11-25**. Código Civil português. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/view?cid=123928118>. Acesso em: 29 nov. 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REQUIÃO, Maurício. **Autonomia, incapacidade e transtorno mental**: propostas pela promoção da dignidade. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

REQUIÃO, Maurício. Conheça a tomada de decisão apoiada, novo regime alternativo à curatela. **Consultor Jurídico**, 14 set. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-set-14/direito-civil-atual-conheca-tomada-decisao-apoiada-regime-alternativo-curatela>. Acesso em: 10 jul. 2018.

REQUIÃO, Maurício. Estatuto da Pessoa com Deficiência altera regime civil das incapacidades. **Consultor Jurídico**, 20 jul. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-20/estatuto-pessoa-deficiencia-altera-regime-incapacidades>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flavia Maria de Paiva (Coords.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao direito e parte geral do Código Civil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: direito de família. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1964. v. 6.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: direito de família. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 6.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: parte geral. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.

ROSENVALD, Nelson. Curatela. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Tratado de direito das famílias**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

ROSENVALD, Nelson. A tomada de decisão apoiada. **Nelson Rosenvald**, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2015/07/16/A-Tomada-de-Decis%C3%A3o-Apoiada>. Acesso em: 28 mai. 2018.

RUGGIERO, Roberto de. **Instituições de direito civil**. 2. ed. Tradução de Paolo Capitanio. São Paulo: Bookseller, 2005. v. 1.

SARLET, Ingo Wolfgang. **As dimensões da dignidade da pessoa humana**: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SIMÃO, José Fernando. Estatuto da Pessoa com Deficiência causa perplexidade (Parte 1). **Conjur**, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-06/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-causa-perplexidade>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SIMÃO, José Fernando. Estatuto da Pessoa com Deficiência causa perplexidade (Parte 2). **Conjur**, 7 ago. 2015 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-07/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-mudancas>. Acesso em: 12 dez. 2019.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: Lei de Introdução e Parte Geral. 11. ed. São Paulo: Método, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: Lei de Introdução e Parte Geral. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TEMER, Luciana de Toledo. **O estrangeiro e a progressão de regime prisional no sistema jurídico brasileiro**. 2005. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TRABUCCHI, Alberto. **Instituzioni di diritto civile**. Padova: CEDAM, 1999.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - TJ-BA. **Apelação nº 0001241-86.2010.8.05.0052**. Primeira Câmara Cível, Rel. Des. Silvia Carneiro Santos Zarif. 12 de março de 2018. Disponível em: <https://tj-ba.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/557144167/apelacao-apl-12418620108050052/inteiro-teor-557144177?ref=amp>. Acesso em 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TJ-SC. **Apelação nº 0001812-05.2004.8.24.0031**. 3ª Câmara de Direito Civil, Rel. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, 23 mai. 2017. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/145523786/djsc-jurisprudencial-05-05-2017-pg-136?ref=previous_button. Acesso em: 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TJ-RS. **Apelação nº. 0251624-07.2018.8.21.7000**. Rel. Des. Luiz Felipe Brasil Santos, 8ª Câmara Cível, 14 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/busca-solr/index.html?aba=jurisprudencia>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS - TJ-MG. **Apelação nº 1.0459.12.002446-6/002**. 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Renato Dresch, 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/684606147/apelacao-civel-ac-10459120024466002-mg/inteiro-teor-684606213?ref=juris-tabs>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJ-SP. **Agravo de Instrumento nº 2049735-75.2017.8.26.0000**. 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Rui Cascardi. 18 de setembro de 2017. Disponível em:

<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=10798231&cdForo=0>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJ-SP. **Agravo de Instrumento nº 2218109-83.2019.8.26.0000**. 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Luis Mario Galbetti, 27 de novembro de 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=13113127&cdForo=0>. Acesso em: 16 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJ-SP. **Agravo de Instrumento nº 2243199-64.2017.8.26.0000**. 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Rômolo Russo. 12 de julho de 2018. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=11613617&cdForo=0>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJ-SP. **Apelação nº 1002648-31.2017.8.26.0101**. 2ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Alvaro Passos. 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=12695957&cdForo=0>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJ-SP. **Apelação nº 1005426-04.2018.8.26.0597**. 5ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Fernanda Gomes Camacho, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=13024294&cdForo=0>. Acesso em: 28 dez. 2019.

UNITED NATIONS – UN. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Communication Nº. 4/2011**. 16 Oct. 2013. Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshZEsQpq2VmlaFuT3ws7ySGJO2GABbAWHqj9JjW%2bQl6XjwL4aNp7m7FIdOajLjhTKCorfYcxEatEAlbpPZSTY0RsUYdwbHzq5qbx%2bjDFey0LdmNMolDmDD5PzrN1gJTbkCO1jbH%2bIB6XBUMlayh%2bOo%3d>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNITED NATIONS – UN. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Views adopted by the Committee under article 5 of the Optional Protocol, concerning communication nº. 35/2016**. 20 Dec. 2018. Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshZEsQpq2VmlaFuT3ws7ySGMEeW0cQbuySYqDzfVSbDuvSvAteY5tB%2fY7sndKBi4ZrsTNR9fFaJb7Etgg3WDG8X23OdjFWbMUi5EBd91bl%2f36Zo1AH2dScw7%2fj530a%2b4zVZQaA1PeDCdOs6KfEstEYo%3d>. Acesso em 10 nov. 2019.

UNITED NATIONS – UN. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **Views adopted by the Committee under article 5 of the Optional Protocol, concerning communication nº. 7/2012**. 10 Oct. 2016. Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshZEsQpq2VmlaFuT3ws7ySF0ibEBPqk6YvHXUF0XH5Y9bht%2fHFNoUnl7mHzT9ZNVil6Q7VMDuFoP9Q6mMnVDhTwAcLKUFW9%2fIJBnclMnXbcbzB>

jBfal7Rc%2b4GBn1JSVHGjTwdShqIQrVL8CVzr1q80l%3d. Acesso em: 12 nov. 2019.

UNITED NATIONS – UN. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. **General Comment nº 1**. Geneve, Swiss, 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G14/031/20/PDF/G1403120.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 dez. 2019.

UNITED NATIONS – UN. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)**. New York, NY, USA, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

UNITED NATIONS – UN. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities, The Convention in Brief**. New York, NY, USA, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities/the-convention-in-brief.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

VIANA, Rui Geraldo Camargo. Novos direitos da personalidade: direito à identidade sexual. In: CORREIA, Atalá; CAPUCHO, Fábio Jun (Coords.). **Direitos da personalidade**: a contribuição de Silmara J. A. Chinellato. Barueri, SP: Manole, 2019.

WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **An end to coercion**: rights and decision-making in mental health care. 17 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/98/1/19-234906/en/>. Acesso em: 10 jan. 2020.